

A transmissão na constituição do sujeito: Uma abordagem lacaniana

Luciana Jaramillo Caruso de Azevedo

Terezinha Fêres-Carneiro

Eduardo Ponte Brandão

RESUMO

Em função da relevância da transmissão na estruturação do sujeito do inconsciente, o presente artigo propõe uma articulação entre a noção de transmissão psíquica e o conceito de “Nome-do-Pai”. Para atingir tal proposta, inicialmente, será feita uma reflexão sobre o complexo de Édipo, em Freud, culminando na formação do Superego. Em seguida, será apresentada a questão do Édipo para Lacan e a metáfora paterna, onde Lacan propõe uma concepção da função do pai no complexo de Édipo. Por fim, será abordada a inscrição do “Nome-do-Pai” e a introdução do significante do pai como uma ordenação na linhagem e na série das sucessivas gerações.

Palavras-chave: transmissão; complexo de Édipo; superego; Nome-do-Pai.

ABSTRACT

Transmission in the constitution of the subject: A Lacanian approach

The purpose of this article is to propose an articulation between the notion of psychic transmission and the concept of the “Name-of-the-Father”. In order to achieve this goal, we reflect on the Oedipus complex in Freud, culminating in the formation of the Superego. Next, we present the issue of Oedipus for Lacan and the paternal metaphor, in which Lacan proposes an understanding of the father’s role in the Oedipus complex. Finally, we address the inscription of the “Name-of-the-Father” and the introduction of the father’s signifier as an arrangement in the lineage and in the series of successive generations.

Keywords: transmission; Oedipus complex; superego; Name-of-the-Father.

Partindo da observação das especificidades decorrentes da clínica com crianças, consideramos o estudo da transmissão psíquica um dispositivo teórico de grande relevância. A noção de transmissão enlaça as questões genealógicas e a prática clínica, especialmente em se tratando do atendimento infantil, no qual o lugar dos pais é uma questão primordial para os psicanalistas. Segundo Faria (2016), a presença dos pais se impõe desde o início do tratamento, sendo imprescindível a participação desses durante todo o tratamento. Por não haver um padrão de manejo dessa presença, torna-se necessária a realização de investigações constantes acerca do seu papel na análise de crianças.

Para a psicanálise, pensar sobre a criança consiste em pensar a infância enquanto tempo de instauração de uma estruturação psíquica, o que certamente não se reduz à dimensão cronológica. Para além do atendimento a crianças, enfatizamos a importância da escuta dos sujeitos, cuja constituição encontra-se articulada à relação pais-filhos e suas respectivas funções simbólicas (Prates, 2003). Dunker (2003) indica que a filiação não é um processo natural e biologicamente inexorável, pois se trata de um passo fundamental para constituição do sujeito. Um passo que depende da assimilação de uma narrativa coletivamente construída e da interiorização dos seus denominados “meios de produção”.

Sobre os Autores

L. J. C. A.
orcid.org/0000-0001-5627-2636
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro (PUC-Rio) -
Rio de Janeiro - RJ
lucianajaramillo@msn.com

T. F. C.
orcid.org/0000-0002-0564-7810
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro (PUC-Rio) -
Rio de Janeiro - RJ
teferca@puc-rio.br

E. P. B.
orcid.org/0000-0003-3773-6575
Universidade Federal do Rio de
Janeiro (UFRJ) - Rio de Janeiro -
RJ
eduardopbrandao@gmail.com

Direitos Autorais

Este é um artigo de acesso aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC.



Seguindo o pensamento de Faria (2003), a propósito do texto de Lacan “Duas notas sobre a criança” (1969), a constituição subjetiva é da ordem do irreduzível de uma transmissão que depende de pai e mãe; não apenas daqueles que geram a criança e sim que exercem funções necessárias a essa transmissão, conhecidas como função materna e paterna. Nesse sentido, o complexo de Édipo é uma forma de descrever o papel dessas duas funções na constituição do sujeito.

Mannoni (1987) afirma que a presença dos pais adquire papel central no trabalho com a criança posto que seu discurso passa a ser utilizado no esclarecimento do sintoma infantil. Flesler (2012) argumenta que na maioria dos casos e não por razões casuais, mas de estrutura, quem busca a consulta para uma criança são os pais. No entanto, nem sempre a criança que eles trazem é um filho. Assim, a complexidade do tema faz com que nos interroguemos sobre as variáveis que se operam na clínica infantil, entre elas a de transmissão psíquica.

O estudo da transmissão dirige-se ao discurso que une pais e a criança pela via do sintoma, cujas causas estão ligadas aos efeitos tanto do que é dito como não dito deles em relação à criança. Para realizar este estudo, recorreremos às teorias propostas por Lacan e aos autores que seguem sua perspectiva sobre a constituição do sujeito com o intuito de demonstrar a importância da noção de transmissão para a clínica, bem como considerar a triangulação entre pai-mãe-criança enquanto estrutura na qual é possível situar funções, lugares e sujeitos. Para Rudge (1998), o trabalho de Jacques Lacan assume um lugar de destaque não apenas pela importância de sua contribuição na interpretação dos conceitos freudianos, mas principalmente pela valorização da linguagem no âmbito da psicanálise.

De acordo com a metapsicologia proposta por Lacan, oriunda de sua leitura dos textos de Freud, o aparelho psíquico é constituído na linguagem e pela linguagem, a partir da relação do sujeito com o Outro. Assim, segundo a perspectiva de Lacan, a noção de transmissão pode ser estudada por diferentes vias.

No texto “A transmissão da falta, a partir da leitura do seminário IV de Lacan” (2004), Fragelli e Petri articulam a transmissão da falta como sendo imprescindível para a constituição do sujeito. Nesse sentido, as autoras retomam Lacan para sustentar que a criança se faz falo da mãe como tentativa de garantir a oferta de objetos de satisfação. No jogo de engodo, a criança visa obturar a primeira brecha que vislumbra porque “lê” a falta na mãe. Flesler (2012) acrescenta que o desejo do filho não surgiu apenas como consequência de uma falta promotora do anseio de ter o falo, mas de uma ilusão de obtê-lo, apontando, assim, para a possibilidade

de uma transmissão do fantasma parental.

Neste estudo, a transmissão na constituição do sujeito será proposta como fator estruturante, tendo como articuladores o complexo de Édipo e o significante “Nome-do-Pai”. Ressaltamos a transmissão como um mecanismo que não opera de modo determinista e linear, posto que o sujeito adverte em resposta ao que lhe foi transmitido.

O COMPLEXO DE ÉDIPÓ

O complexo de Édipo foi formulado por Freud concomitantemente à elaboração de um conjunto de outros conceitos, fundamentais para a preparação de sua metapsicologia. Contudo, é possível encontrar os indicativos do Complexo de Édipo desde muito cedo em seu pensamento, sem que tenha sido nomeado. Segundo Brandão (2012), pode-se vislumbrar sua aparição desde a teoria da sedução e até mesmo no decorrer de sua autoanálise.

O complexo de Édipo é uma invenção da psicanálise e acrescenta que a formulação de tal proposição coincide com a decadência da imago paterna, sendo herdeiro da família paternalista fundada na tradição judaico-cristã e na qual o pai é idealizado (Lacan, 1938/2008). Por definição, o Édipo constitui para Freud não somente o eixo da psicopatologia, cujos tipos patológicos encerram cada um a seu modo uma posição e um desenlace dos conflitos edípianos, mas também o fulcro fundamental da estruturação da psíquica e da orientação do desejo humano (Laplanche & Pontalis, 1986). Ligado à fase fálica da sexualidade infantil, o Édipo é o processo que atua na estruturação de toda organização psíquica e, nesse sentido, as estruturas clínicas — neurose, perversão e psicose — devem ser consideradas observando-se as relações triangulares de amor, desejo e gozo.

Chamado por Freud de eixo nuclear das neuroses, o complexo de Édipo adquiriu importância em sua obra, esquematicamente falando, pelas razões a seguir: a) a escolha do objeto de amor, depois da puberdade, permanece marcada pelos investimentos de objeto e pelas identificações inerentes ao complexo de Édipo, assim como pela interdição do incesto; b) a organização genital que, longe de ser determinada pela maturidade biológica, pressupõe o primado do falo, que por sua vez depende da resolução identificatória da crise edípica; c) a dissolução do complexo tem como efeito a constituição das instâncias, sobretudo, o superego e o ideal de eu. Face a todos esses aspectos, Freud recusou-se a situar no mesmo plano, etiológica e estruturalmente, as relações edípicas e as pré-edípicas (Laplanche & Pontalis, 1986).

Inicialmente, as primeiras elaborações sobre o complexo de Édipo foram baseadas na experiência do menino, sendo transposto tal e qual para a menina. Assim, ao pensarmos no

Édipo, na sua forma simples e positiva, o menino dirige o desejo sexual à mãe e toma o pai como rival amoroso. Inversamente, no complexo de Édipo da menina, ela dirige sua libido ao pai e rivaliza com a mãe. Contudo, Freud tratou essa fórmula como sendo apenas uma simplificação face à complexidade da experiência subjetiva.

Nos clássicos casos clínicos descritos por Freud, conhecidos como “Pequeno Hans” e o “Homem dos ratos”, ambos de 1909, encontramos os primeiros contornos mais nítidos do complexo de Édipo. Nesses textos, tanto a atividade autoerótica da infância quanto as suas relações objetais são associadas ao que Freud designa como “complexo nuclear das neuroses”. O conteúdo do complexo abarca simultaneamente as moções ternas e hostis dirigidas às figuras parentais.

Assim, observamos que no “Pequeno Hans” o menino sofre a ameaça de castração que, uma vez proferida em razão de seus atos masturbatórios, adquirirá importância a posteriori. Esta ameaça pronunciada pela mãe, mas cuja execução retorna ao pai, só suscita angústia no menino num segundo momento, ao se conjugar com a visão dos órgãos genitais femininos.

O menino reconhece no pai o obstáculo à realização do desejo incestuoso e, ao tomá-lo como rival, identifica-se com ele, veiculando consequentemente outra escolha do mesmo sexo da mãe que não seja ela própria. Ora, aquela que erogeniza o corpo do infans é também a única que se acha inteiramente proibida. Na quarta das “Cinco lições de Psicanálise” (1910/1969), Freud passou a utilizar o mito de Édipo para ilustrar o caráter incestuoso inerente ao chamado complexo nuclear.

“Devemos declarar que suspeitamos represente ele, com seus derivados, o complexo nuclear de cada neurose, e nos predisposemos a encontrá-lo não menos ativo em outros campos da vida mental. O mito do rei Édipo que, tendo matado o pai, tomou a mãe por mulher, é uma manifestação pouco modificada do desejo infantil, contra a qual se levantam mais tarde, como repulsa, as barreiras do incesto” (p. 58).

Neste sentido, no momento em que a criança é governada por este complexo ainda não reprimido, uma parcela significativa de sua atividade intelectual se coloca a serviço de interesses sexuais que, sob a ação das pulsões parciais, levam à elaboração de algumas teorias sexuais típicas da infância.

As teorias sexuais infantis já tinham sido abordadas em “Sobre as teorias sexuais das crianças” (1908/1969), onde Freud mencionara pela primeira vez a importância do falo para as crianças dos dois sexos, assim como os resultados da descoberta de que um dos sexos não o possui. Esse momento da vida erótica infantil coincidirá com o complexo de Édipo.

A teorização infantil é acompanhada da busca de respostas para a questão “De onde vêm os bebês?”, normalmente provocada com a vinda de um irmão rival recém-nascido, assim como por uma intensa atividade masturbatória da criança. Neste contexto de discussão, a criança experimenta, durante a fase fálica, um conflito psíquico crucial em seu desenvolvimento, haja vista ela ser intimidada por “seus pais e sua ama” (Freud, 1908/1969) a cessar suas atividades masturbatórias, sofrendo a ameaça de ter o pênis cortado.

Essa tarefa educativa de restringir a masturbação infantil acarretará diferentes efeitos de acordo com as diferenças anatômicas das crianças, assim como Freud observará mais tarde, desde “A dissolução do complexo de Édipo” (1924/1969) até a concretização teórica sobre tais diferenças em “Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos” (1925/1969).

Em suma, a dissolução do complexo de Édipo se afasta inteiramente de um ideal de apaziguamento das pulsões. Para Freud, a sexualidade humana é por excelência de caráter conflitivo e profundamente marcada pela perda do objeto primordial, frente ao qual não há qualquer substituto que possa proporcionar a satisfação desejada.

É importante destacar que, no texto “Contribuições à psicologia do amor” (Freud, 1910/1969), aparece pela primeira vez a expressão “complexo de Édipo”. O complexo de Édipo revela eminentemente o seu caráter incestuoso, por meio do qual as leis de interdição da aliança são imaginariamente transgredidas no psiquismo infantil. Neste contexto, a lei do interdito entre as gerações far-se-á necessária para o desenlace dos conflitos edipianos (Brandão, 2012).

De outro modo, seguindo o mesmo raciocínio, é importante assinalar que uma das consequências da resolução da trama edípica seria a constituição do superego. O superego seria o veículo dos valores dos ancestrais na configuração das figuras ideais, apontando ao mesmo tempo a mobilidade permanente deste processo como cenário constitutivo da relação do sujeito com o outro e com os objetos de satisfação por ele oferecidos no circuito pulsional, sempre sustentado pela ordem simbólica. A transmissão que se realiza deste modo opera entre algumas gerações de sujeitos dotados de linguagem que, ao projetarem seu ideal narcísico sobre os seus descendentes, colocam em destaque o papel fundamental que os fantasmas parentais desempenham nesse processo (Kupferberg, 2004).

Assim, observa-se a estreita relação entre o complexo de Édipo, o superego e a transmissão psíquica. Portanto, em função da relevância do superego para o desdobramento dos estudos sobre a transmissão psíquica, torna-se importante determo-nos um pouco mais nesse conceito.

O SUPEREGO

Essa instância psíquica é, inicialmente, definida por Freud entre os anos de 1914-1915 como um sistema que compreende duas estruturas parciais: o Ideal de Ego propriamente dito e uma instância crítica. A noção de superego pertence à segunda tópica freudiana, muito embora a clínica e a teoria psicanalíticas já tivessem reconhecido o lugar assumido no conflito psíquico por uma função que visaria impedir a realização dos desejos.

Embora seja um conceito formulado apenas em 1923, no texto "O ego e o Id" (Freud, 1923/1969), onde o termo figura pela primeira vez, o superego apresenta antecedentes em sua definição, que remontam ao início da psicanálise, e engloba as funções de interdição e de ideal. O superego foi introduzido nesse texto, pondo em evidência a função crítica de uma instância que se separa do Ego e parece dominá-lo, como demonstram os estados de luto patológico ou de melancolia. Freud reconheceu ainda que a censura desempenhada pelo superego podia operar de forma inconsciente.

A formação do superego é correlativa ao declínio do complexo de Édipo: a criança renunciando à satisfação dos seus desejos edipianos, atingidos pela interdição, transforma o seu investimento nos pais em identificação com os pais, e interioriza a interdição. Desse modo, ao final do processo edípico haveria uma transformação dos investimentos eróticos nas figuras parentais em identificações, relacionadas à introjeção das insígnias paternas, que abrem caminho para a assunção de uma posição sexual.

Nesse sentido, Freud (1932/1969) apontou a diferença entre a posição masculina e feminina: no rapaz, o complexo de Édipo esbarra na ameaça de castração cujo sucessor é um superego rigoroso. Na menina, pelo contrário, o complexo de castração ao invés de destruir o complexo de Édipo, prepara o seu aparecimento. Neste caso, o superego, cuja formação é nessas condições comprometida, não atinge a independência necessária.

Nesse sentido, a instalação do superego, pode ser descrita como um exemplo "bem-sucedido" de identificação com a denominada "instância parental" (Freud, 1932/1969). Esta expressão indica que a identificação constitutiva do superego não deve ser entendida como uma mera identificação com pessoas, pelo contrário, o superego da criança não se forma à imagem dos seus pais. Rudge (2006) explica que a formação do superego resulta do que se pode compreender como um trauma estrutural e representa o resíduo das primeiríssimas identificações, constituindo o próprio núcleo do eu. A autora continua afirmando que o superego da criança é forjado à imagem do superego dos seus pais, enche-se do mesmo

conteúdo do superego deles e torna-se o representante da tradição de todos os juízos de valor e da lei, que subsistem através das gerações.

Erigido dentro do Ego, constituído a partir da incorporação das coerções impostas pelo mundo externo às sucessivas gerações, o superego descreve uma relação estrutural que se institui como herdeira dos vínculos afetivos da infância englobados no complexo de Édipo. Essa função do superego garante uma leitura da transmissão entre gerações, apoiada no mito destacado por Freud e descrito anteriormente, a saber, o complexo de Édipo, que é reconhecido como um dos pilares que sustentam a constituição do sujeito em psicanálise (Kupferberg, 2004).

Entretanto, para Lacan, essa dinâmica é concebida de modo peculiar e complementar ao que foi proposto por Freud. Lacan (2005) transcreveu o complexo de Édipo freudiano em termos de metáfora paterna, ou seja, uma operação que substitui a dimensão do desejo (materno) pela dimensão da lei (paterna), de maneira a introduzir uma nova significação no mundo simbólico do sujeito.

LACAN E A QUESTÃO DO ÉDIPO

Ao longo de toda a obra de Freud, constata-se que a questão do Édipo sofreu inúmeras revisões e suscitou diversas controvérsias desde a sua postulação sem que nada tivesse demovido Freud de atribuir-lhe um lugar soberano até o fim de sua obra. Sem nos determos no questionamento da antropologia culturalista à suposta universalidade do complexo de Édipo, convém atermo-nos somente ao fato de que Lacan foi quem avocou a herança legítima de Freud e re-centrou a psicanálise no Édipo. Para tanto, segundo Brandão (2011), Lacan elevou o denominado "complexo de Édipo" à condição de estrutura simbólica e valorizou a dimensão paterna que estaria presente em seu eixo.

Lacan (1999) afirma que entre as palavras é preciso haver uma que tenha como função fundar a fala como ato do sujeito, algo que se coloca como conferindo autoridade à lei. Nesse sentido, Lacan denomina lei aquilo se articula no nível do significante, ou seja, o texto da lei. O que autoriza o texto da lei se basta por estar no nível do significante. Trata-se do pai-simbólico, isto é, o Nome-do-Pai. O autor ressalta que é isso que se expressa pelo mito necessário ao pensamento de Freud, a saber, o mito de Édipo. É necessário que ele forneça a origem da lei sob essa forma mítica para mostrar a estreita relação entre o pai e a lei. O pai como aquele que promulga a lei é o pai morto, isto é, o pai simbólico. O pai morto é o Nome-do-Pai. Lacan também destaca a importância deste significante, tendo em vista que ele funda como tal o fato da lei

existir, ou seja, a articulação em certa ordem significativa, complexo de Édipo, ou a lei do Édipo, ou a lei da proibição da mãe.

O Nome-do-Pai é um significante essencial em torno do qual Lacan propôs sua sistematização de pensamento sobre o que acontece na psicose (Lacan, 1999). Quinet (2015) afirma que a inclusão do significante do Nome-do-Pai no Outro marca a entrada do sujeito na ordem simbólica e permite a inauguração da cadeia do significante no inconsciente.

A lei presente no Édipo apoia-se inicialmente na interdição do gozo incestuoso entre mãe e bebê, cuja proibição é representada pelo pai simbólico. Este estaria menos ligado ao personagem do genitor do que a um significante designado como Nome-do-Pai, como veremos adiante. De outro modo, conforme Lacan (2005), o pai primordial é o pai anterior ao interdito do incesto, anterior ao surgimento da Lei, da ordem das estruturas, da aliança e do parentesco, isto é, anterior ao surgimento da cultura. Este pai foi compreendido por Freud (1913/1969) como chefe da horda primitiva, cuja satisfação seria irrefreável, designado como totem à luz dos progressos introduzidos pela crítica estruturalista de Lévi-Strauss.

Nesse ponto de discussão, ressaltamos a influência fundamental do estruturalismo de Lévi-Strauss nos textos de Lacan, que pretendia reinserir a experiência analítica no universo da linguagem e, por isso, apontou para o Édipo enquanto estrutura. Mais do que um mito, o Édipo é para Lacan uma estrutura segundo a qual se organiza o desejo, constituindo-se como um efeito da relação do ser humano com a linguagem (Kupferberg, 2004).

Seguindo essa linha de raciocínio, a metáfora paterna foi desenvolvida por Lacan quando propôs uma concepção da função do pai no complexo de Édipo. Quinet (2015), ao discutir sobre o mito do Édipo, afirma que ele recebe uma herança simbólica e real de seu pai que equivale à transmissão inconsciente. Ainda segundo a apreciação do autor, Lacan retoma dos gregos e dos psicanalistas ingleses a noção de que é preciso três gerações para se fazer um psicótico. Assim sendo, a criança herdaria uma espécie de dossiê anterior aos seus avós e o inconsciente seria constituído por essa herança que Édipo vai, pouco a pouco, descobrindo na peça de Sófocles, mas ele se detém em sua investigação antes de se comparar com o crime do pai.

Lacan (1992) ressalta que “é de pai para filho que a castração se transmite” (p.128), assim, cabe pensar que há algo de verdade que se transmite de geração em geração vinculado à castração como real (Quinet, 2015). Assim, Lacan pretendia assinalar ainda a originalidade do pensamento freudiano frente ao matriarcado dominante no campo psicanalítico e superar algumas dificuldades encontradas por Freud e seus seguidores. Para tanto, foi proposta por Lacan a

explicação da função paterna como instauradora da lei simbólica (Kaufman, 1996).

Lacan (1999) dividiu o Édipo em três tempos que não seguem uma cronologia, mas referem-se a tempos lógicos. No primeiro tempo do Édipo, frisou que se trata da “relação da criança não com a mãe, mas com o desejo da mãe. É um desejo de desejo” (p. 205). O desejo da criança é alienado ao desejo do Outro materno. A mãe, “vai e vem”, num jogo de fort-da em que é chamada quando não está presente e que, quando está presente, é repelida para que seja possível chamá-la. Em meio a idas e vindas maternas, o desejo da criança é satisfazer o desejo da mãe, de forma que ela se identifica imaginariamente com o objeto de desejo materno, isto é, o falo. Seguindo esse raciocínio, o primeiro tempo do Édipo corresponde à dialética de ser ou não ser o falo (Lacan, 1999).

Contudo, a pretensão de ser o falo materno é malsucedida. Há uma irredutibilidade entre esse objeto (o falo) essencialmente perdido e o filho, sendo em vão que este tente tomar para si a imagem do que, nos estágios precoces do seu desenvolvimento, apenas pode ser notado como o enigma do que ele representa para ela, daquilo por que é amado e de que se sente despojado. Assim, a criança representa, inicialmente, aquilo que a mãe perdeu, sem que nunca o tenha tido (Safouan, 1970).

Nessa simbolização primordial, a criança percebe que há na mãe o desejo de outra coisa que não se encerra no desejo de satisfazer o desejo da criança (Lacan, 1999). Logo, ocorre a entrada no segundo tempo do Édipo no qual a criança identifica que o desejo materno não se restringe a ela. É importante destacar que a dimensão do desejo materno é essencial, na medida em que se constitui como a força motriz de entrada da metáfora paterna (Brandão, 2012). Nesse sentido, acrescentamos que o núcleo da metáfora paterna se encontra na divisão que o objeto criança introduz no desejo materno, o fato de que os cuidados dispensados pela mãe à criança não a devem desviar de desejar enquanto mulher.

Para Lacan (1999), a inscrição simbólica da castração, ou seja, a inscrição do Nome-do-pai, passa por um segundo tempo lógico, através do qual a criança transfere, imaginariamente ao pai, a onipotência atribuída inicialmente à mãe, passando aquele a ser, na figura do pai ideal, interditor e privador. Observa-se no segundo tempo do Édipo que o objeto criança não deve ser tudo para a mãe, isto é, não deve saturar o seu desejo. Por isso, pode-se dizer que a única via através da qual a mãe introduz o filho na ordem simbólica é a sua própria castração. É em torno da castração da mãe que se estabelece a “falta-a-ser” na criança. Antes de ser propriamente relação de objeto, o desejo da mãe é a relação do sujeito com o Outro da linguagem, cuja incidência tem por consequência a introdução da falta como falta-a-ser. A aber-

tura para o desejo se engendra numa relação particular com essa falta (Safouan, 1970).

Por isso, é fundamental que a mãe deseje outras coisas além do bebê. Este a preenche e a conforta, mas ao mesmo tempo a divide, conforme foi dito, enquanto mãe por um lado e, por outro, enquanto mulher (Miller, 1998). Para além do filho, a mãe deseja enquanto mulher e, por isso, é capital que ela deseje um homem, cuja palavra ela fará representar a autoridade da lei paterna. De outro modo, ela deseja o falo no corpo do homem, eleito para ser o representante da lei paterna.

Para Lacan (1999), a inscrição da metáfora paterna na criança, sem a qual não será possível permitir o acesso à norma edipiana, não se limita à reverência pura da lei simbólica e nem ao respeito da autoridade do pai. Embora a dimensão da autoridade esteja presente nas formulações de Lacan, e isso não pode ser perdido de vista, ela só se fará presente a partir da eleição amorosa e desejante de uma mulher por um homem.

Segundo Hurstel (1999), é necessária a mediação de um pai concreto para o desenlace edipiano. Neste ponto de discussão se baseou a crítica que Lacan introduziu nas discussões sobre a carência do pai no ambiente doméstico, não há como restringir a função paterna a uma mera abstração materna, sem que haja alguém que a represente, por mais que se diga que a função paterna não está ligada à pessoa e, sim, à palavra. O pai não precisa ser o genitor ou guardião legal, no entanto, ele também não pode ser qualquer um, devendo ser, no fim das contas, aquele ao qual a mãe dirige seu desejo.

A dimensão de transcendência representada por esse pai, desejado pela mulher, é clara na medida em que, para Lacan, o pai deve sustentar a lei sem querer encarná-la, sob o risco contrário de gerar uma psicose. Ele não é a lei e nem tampouco a faz, ele é seu representante e está submetido a ela. Longe de ser a figura do pai ideal, ele é marcado pela falta, pela castração e pela finitude. Nesse contexto de discussão, Zenoni (2007) esclarece que há uma disjunção entre o pai que porta a lei, o pai que intervém simbolicamente ou o pai de direito, e aquele que, de fato, intervém como pai real na relação.

A inscrição do Édipo completa-se no terceiro tempo, em que o pai intervém no real e re-instaura o falo como objeto desejado da mãe, e não mais como objeto do qual o pai pode privar, conforme afirma Lacan (1999): “O terceiro tempo é este: o pai pode dar à mãe o que ela deseja, e pode dar porque o possui. Aqui intervém, portanto, a existência da potência no sentido genital da palavra — digamos que o pai é um pai potente. Por causa disso, a relação da mãe com o pai torna a passar para o plano real” (p. 200).

Em suma, a função do pai deve ser suportada por um homem cuja palavra, valorizada pela mãe no lugar de autoridade,

representa a lei que inscreve o sujeito na diferença das gerações e dos sexos. Para tanto, é importante também que esse homem, que empresta a palavra na promoção da lei, dirija-se à mulher que escolheu, reconhecendo-a como tal e não como mãe. A lei presente no Édipo apoia-se inicialmente na interdição do gozo incestuoso entre mãe e bebê, cuja proibição é representada pelo pai simbólico.

Conforme Laplanche e Pontalis (1986), o Édipo para Lacan não se reduz à influência do casal parental sobre a criança, sendo, portanto, da ordem da estrutura. Em consonância às teses de Levi-Strauss (1981/1947) sobre “As estruturas elementares de parentesco”, o Édipo constitui-se para Lacan como uma estrutura interditória que liga inseparavelmente o desejo à Lei. Lacan concebe o significante do denominado “Nome-do-Pai” como uma espécie de épura do complexo de Édipo, de extração de seu mineral mais precioso (Porge, 1998).

O Édipo ou o Nome-do-Pai é o divisor de águas entre os campos da neurose e da psicose. A função paterna é absolutamente central na saúde psíquica do sujeito e corrobora para o desencadeamento de diversos tipos de neurose (Costa, 2011). Assim, as estruturas clínicas e o desencadeamento da psicose podem ser determinados pela falta deste significante, ou seja, pela “forclusão do Nome-do-Pai” (Porge, 1998). Desse modo, Costa (2011) aponta para duas funções importantes do Nome-do-Pai para o sujeito: a de transmitir o “não” da interdição do incesto, e a de nomeação do filho, introduzindo-o na cadeia geracional. Nesse sentido, cabe refletir sobre a articulação entre a noção de “Nome-do-Pai” e o conceito de transmissão psíquica.

O NOME-DO-PAI E A TRANSMISSÃO PSÍQUICA

Em 1951 ocorreu a primeira aparição do termo “Nome-do-Pai” na obra de Lacan. Ela surgiu no estudo feito em seu seminário sobre o caso de Freud denominado “O homem dos lobos”. Lacan importou para a psicanálise um termo religioso para seguir a analisar o Édipo (Porge, 1998). Segundo Costa (2011), o Nome-do-Pai é um termo bíblico que Lacan utiliza para confirmar sua função significante. Assim, nota-se que o significante “Nome-do-Pai” não trata do pai biológico, mas do pai instituído como tal pela palavra da mãe. Ou seja, não se refere à pessoa do pai, mas à importância que a mãe dá à sua palavra e à sua autoridade.

Porge (1998) afirma que o Nome-do-Pai não deve ser identificado ao nome próprio do pai, contudo, a experiência clínica mostra que toda a modificação que fira a literalidade do nome próprio (desde a mudança de nome, de prenome e, até mesmo a mudança de uma letra) inscreve-se na história do sujeito e traz consequências que podem se refletir sobre

várias gerações. Quinet (2003), explica que o Nome-do-Pai é um “não” que impede o filho e a mãe de se tomarem reciprocamente como objeto de gozo, sendo por excelência o significante da lei simbólica presente no Édipo.

Lacan (1999) afirma que: “o Nome-do-Pai, no que ele funda como tal o fato de existir a lei, ou seja, a articulação numa certa ordem do significante — Complexo de Édipo, ou lei do Édipo, ou lei da proibição da mãe” (p.153). A função do pai, como metáfora, está no cerne do Édipo e é sua mola propulsora (Porge, 1998). Lacan (1999) postula que não há questão de Édipo se não há pai, inversamente, falar de Édipo é introduzir como essencial a função do pai.

Para Zenoni (2007), o importante nessa concepção é desprender-se de uma ideia de pai que o identifica com a função do interdito, que o limita ao puro significante, que o mede sob os parâmetros de uma perfeição simbólica, para permitir a abertura de uma perspectiva sobre a função do pai, na qual a dimensão da lei seja menos oposta e mais articulada à do desejo: “A verdadeira função do Pai ... é, fundamentalmente, unir [e não opor] um desejo à Lei” (Lacan, 1966, p. 824).

Finalmente, podemos pensar que o “Nome-do-Pai” introduz o falo como significante que, por sua vez, introduz também uma ordenação na linhagem familiar (Porge, 1998). Esse fato possibilita uma leitura da transmissão psíquica sob o prisma da teoria proposta por Lacan, sobretudo no que se refere ao Nome-do-Pai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi visto, cabe pensar que o dever de uma criança não pode se restringir a ser considerado somente em uma relação direta e causal de determinação e de continuidade com o que a precede. Se assim for, corremos o risco de limitar e enclausurar a constituição da criança à sua origem e à sua história, sem considerar a sua participação e escolha inconsciente. Entretanto, não é possível desconsiderar que o sujeito criança é marcado e engendrado por certa anterioridade que, transmitida através de gerações, torna-se condição imprescindível e estruturante para a sua constituição subjetiva.

A presença da trama edípica merece destaque, inclusive, por ter sido designada por Freud como “complexo nuclear das neuroses” e por tornar-se uma fonte inesgotável de questionamentos. Por isso, para investigar a transmissão psíquica geracional é imprescindível indagar a respeito da trama edípica, incluindo tanto a entrada no Édipo como a sua dissolução, cujo resultado ocasionaria a constituição do superego. O conceito de superego é uma peça indispensável para a compreensão do modo como opera a transmissão psíquica na obra freudiana. É digno de nota que, o superego atua como um operador da lei, inicialmente apoiada na interdição do incesto

entre a mãe e o filho, cuja proibição é representada pelo pai simbólico.

Lacan faz uma releitura do Édipo em Freud, propondo uma valorização do pai e da função paterna. O pai seria menos a figura do genitor do que um significante denominado como “Nome-do-Pai”. A ausência deste significante, que foi incansavelmente estudado por Lacan, pode desencadear tanto a psicose como sintomas ou estados mórbidos que atravessam gerações. Desse modo, por ser por excelência o significante da lei simbólica presente no Édipo e por ser um ordenador da linhagem de sucessivas gerações, é através da noção do “Nome-do-Pai” que poderemos pensar a transmissão psíquica geracional sob a luz da teoria proposta por Lacan.

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

L. J. C. A. e T. F. C. contribuíram para a conceitualização do manuscrito; T. F. C. foi responsável pela supervisão. L. J. C. A. foi responsável redação do artigo; E. P. B. contribuiu para a elaboração da metodologia; L. J. C. A., T. F. C. e E. P. B. são os responsáveis pela redação final (revisão e edição).

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declaram que não há conflitos de interesse no manuscrito submetido.

REFERÊNCIAS

- Brandão, E. P. (2011). A interlocução com o direito à luz das práticas psicológicas em varas de família. Em H. Signorini & E. Brandão (Eds.). *Psicologia Jurídica no Brasil*, 73-138. Rio de Janeiro: NAU.
- Brandão, E. P. (2012). *Sexualidade e aliança na contemporaneidade: Nem Édipo, nem barbárie*. (Vol. 2). Curitiba: Juruá.
- Costa, T. (2010). *Édipo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Dunker, C. I. (2003). A Identificação na formação e sustentação de sintomas na família. *Temas em Psicologia* (Ribeirão Preto), 9, 145 - 154.
- Faria, M. R. (2003). *Constituição do sujeito e estrutura familiar*. São Paulo: Cabral.
- Faria, M. R. (2016). *Introdução à psicanálise de crianças: O lugar dos pais*. São Paulo: Toro.
- Flesler, A. (2012). *A psicanálise de crianças e o lugar dos pais*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Fragelli, I. K. Z., & Petri, R. (2004). A transmissão da falta, a partir da leitura do seminário IV de Lacan. *Estilos da Clínica*, 9 (17), 118-127.

- Freitas, A. L., & Rudge, A. M. (2011). O Supereu entre o amor e o gozo. *Revista Tempo Psicanalítico*, 43 (2), 243-267.
- Freud, S. (1969). *Notas sobre um caso de neurose obsessiva*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Freud (Vol. X). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1909).
- Freud, S. (1969). *História de uma neurose infantil*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Freud (Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1909).
- Freud, S. (1969). *Cinco lições de psicanálise*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Freud (Vol. XI). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1910).
- Freud, S. (1969). *Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Freud (Vol. XI). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1910).
- Freud, S. (1969). *Totem e tabu*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Freud (Vol. XIII). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913).
- Freud, S. (1969). *A dissolução do complexo de Édipo*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Freud (Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1924).
- Freud, S. (1969). *O ego e o Id*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Freud (Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1923).
- Freud, S. (1969). *Conferência XXXIII*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Freud (Vol. XXII). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1932).
- Freud, S. (1969). *Novas conferências introdutórias*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Freud (Vol. XXII). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1932).
- Hurstel, F. (1999). *As novas fronteiras da paternidade*. Campinas: Papirus.
- Julien, P. (2000). *Abandonarás teu pai e tua mãe*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Kaufmann, P. (1996). *Dicionário enciclopédico de Psicanálise: O legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Kupferberg, M. (2004). *Filhos da guerra: Um estudo psicanalítico sobre o trauma e a transmissão*. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Lacan, J. (1966). D'une question préliminaire à tout traitement possible de la psychose (1957-58). In Lacan, J. *Écrits*. Paris: Seuil.
- Lacan, J. (1992). *O seminário, Livro 17*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1999). *O seminário, Livro 5*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2005). *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2008). *Complexos familiares*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho originalmente publicado em 1938).
- Laplanche, J., & Pontalis, J.B. (1986). *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lévi-Strauss, C. (1981 [1947]). *Les structures élémentaires de la parenté*. Paris: Mouton.
- Mannonni, M. (1987). *A criança, sua doença e os outros*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Miller, J.A. (1998). *A criança entre a mulher e a mãe*. Opção lacaniana. *Revista Internacional de Psicanálise*, 21, 7-12.
- Porge, E. (1998). *Os nomes do pai em Jacques Lacan: Pontuações e problemáticas*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Prates, A. L. (2003). *Prefácio. Em Constituição do sujeito e estrutura familiar*. São Paulo: Cabral editora e livraria.
- Quinet, A. (2003). O gozo, a lei e as versões do pai. Em G. Groeninga, G. & R. Pereira R (Eds.). *Direito de família e psicanálise: Rumo a uma nova epistemologia* (pp. 514-539). Rio de Janeiro: Imago.
- Quinet, A. (2015). *Édipo ao pé da letra*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Rudge, A. (1998). *Pulsão e linguagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Rudge, A. (2006). *Pulsão de morte como efeito do supereu*. *Revista Ágora* 9, 79-89.
- Safouan, M. (1970). *Estruturalismo e Psicanálise*. São Paulo: Cultrix.
- Zenoni, A. (2007). Versões do pai na psicanálise lacaniana: O percurso do ensinamento de Lacan sobre a questão do pai. *Psicologia em Revista*, 13 (1), 15-26.

Submetido em 16/12/2016

Primeira decisão editorial em 08/05/2017

Aceito em 25/03/2018